

As abstrações, entre a ideologia e a ciência

JOÃO QUARTIM DE MORAES*

Representações caóticas

Poucos textos de Marx ocupam posição tão singular em sua obra quanto “O método da economia política”, terceiro dos quatro tópicos da “Introdução à crítica da economia política” (Einleitung zur Kritik der Politischen Ökonomie), conhecida mais simplesmente por *Introdução de 1857*, o mais notável (ao lado do estudo sobre as “Formas que precederam a produção capitalista”) dos escritos incluídos nos *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, conjunto de manuscritos econômicos redigidos por Marx em Londres durante o biênio 1857-1858 e publicados pela primeira vez em Moscou em 1939.

Por tratar-se de um rascunho, a preocupação do autor era anotar ideias, esquematizar argumentos, comentar e criticar doutrinas em vista da preparação da obra maior sobre a crítica da economia política. A composição literária *stricto sensu* e a retórica (entendida positivamente como arte da argumentação) ficaram em segundo plano: um rascunho é um rascunho. Talvez isso ajude a explicar o caráter um tanto paradoxal do argumento que abre o texto:

Quando consideramos a economia política de um dado país, começamos por sua população, sua divisão em classes, distribuída pela cidade, campo e mar; os diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção anual e o consumo anual, os preços das mercadorias etc. É que parece correto começar pelo real e

* Professor titular aposentado, colaborador do Departamento de Filosofia da Unicamp. E-mail: jqmoraes@gmail.com.

pelo concreto, pela pressuposição efetivamente real e, assim, em economia, por exemplo, pela população: fundamento e sujeito do ato inteiro da produção social [“die Grundlage und das Subjekt des ganzen gesellschaftlichen Produktionsakts”]. A uma consideração mais precisa, contudo, *isto se revela falso*. A população, por exemplo, se omito as classes que a constituem, é mera abstração. (Marx, 1969, p.630. Grifos nossos)

Em um leitor atento, a afirmação de que é falso começar pelo real e pelo concreto provoca certa perplexidade. Deveríamos começar pelo ideal e pelo abstrato? Não é exatamente isso o que Marx diz, e sim que “se começássemos pela população, haveria de início uma representação caótica do todo”. A população de um país determinado é um fato real e concreto, mas *enquanto representação* ela é uma noção caótica.

O fato de que, em sua primeira ocorrência no texto, *representação* venha associada ao caos (“*eine chaotische Vorstellung*”) e assimilada a “uma abstração” merece um comentário. Todo substantivo comum é um universal e, enquanto tal, o resultado necessariamente abstrato de uma generalização operada na e pela prática da comunicação social. Transpostos da linguagem corrente para o discurso teórico, os substantivos como luz, força, corpo etc. mantêm um núcleo semântico básico sobre o qual incide o esforço do conhecimento científico. Tanto na economia política como na biologia, por *população* se entende uma coletividade composta de indivíduos vivendo numa área determinada. É evidente que neste nível de generalidade, a noção não designa um conhecimento, mas um objeto a ser conhecido, o qual, sem embargo, é suscetível de ser progressivamente determinado com precisão. Assim, no exemplo de Marx, a população de um país remete à sua divisão em classes, à sua distribuição na cidade, no campo e no litoral, aos diversos ramos da produção, às exportações e importações, à produção e ao consumo anual, aos preços dos bens etc. Essas novas representações são mais precisas, porque determinam analiticamente o conteúdo da representação caótica inicial, mas continuam sendo abstratas, como insiste Marx:

Estas últimas [as classes], por sua vez, são uma expressão vazia se não conheço os elementos sobre os quais repousam, a saber, o trabalho assalariado, o capital etc. E estes pressupõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc., de sorte que o capital, por exemplo, nada é sem o valor, o dinheiro, o preço etc. (Marx, 1969, p.631)

Uma expressão não pode ser simultaneamente caótica e vazia (ou nula). Ao distinguir *representações caóticas*, como população, de *expressões vazias*, como as classes ou o capital (o qual, considerado isoladamente, não é *nada*), Marx assinala uma diferença de estatuto teórico entre essas noções gerais. Ele nota que os economistas do século XVII “sempre começam por um todo vivo [dem lebendigen Ganzen]”, que é designado pelos termos população, nação, Estado etc. (Marx,

1969, p.632). O conteúdo desses termos é vasto, obscuro, “caótico”, mas real e concreto. Ao passo que *classes* e *capital* só adquirem significação determinada se inscritos no sistema conceitual da economia política (ou em algum outro campo teórico).¹ É evidente, por exemplo, que a tese histórico-materialista sobre a ausência de classes nas populações da idade da pedra pressupõe uma teoria sobre a evolução das sociedades humanas.

O fato de que aqueles economistas tenham *sempre* começado por tais representações expressa as limitações ideológicas do horizonte histórico em que estavam inseridos. Eles partiam da noção do todo vivo, tal como se expressava na linguagem corrente, porque não dispunham de nenhum outro ponto de partida. O que não os impediu, como assinala o próprio Marx, “de chegar sempre a algumas relações determinantes, abstratas, gerais: divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que eles descobriram através da análise” (Marx, 1969, p.632). Resultantes de um trabalho teórico de abstração, que não se confunde com as abstrações espontâneas da linguagem corrente, essas “relações determinantes, abstratas e gerais” constituíram os instrumentos conceituais básicos da economia política em formação.

Vale aqui o velho adágio jurídico romano: *impossibile nulla est obligatio*. Se não havia outro modo, para os economistas do século XVII, de avançar na análise econômica, não há porque classificar como falso o caminho inevitável que eles seguiram. É o que reconhece (implicitamente) Marx na sequência imediata do texto:

Tão logo esses aspectos individuais isolados (Momento) foram mais ou menos abstraídos e fixados, os sistemas econômicos começaram a elevar-se [“aufsteigen”], a partir dos elementos simples, o trabalho, a divisão do trabalho, as necessidades, o valor de troca, até o Estado, o intercâmbio entre as nações e o mercado mundial. É manifesto que este último caminho é o método cientificamente correto. (Marx, 1969, p.632)

Não é fácil compreender o argumento de Marx. Parece óbvio que longe de se opor ao primeiro caminho, o segundo o pressupõe. O primeiro parte das representações da linguagem corrente para dissolver a representação em determinações abstratas. O segundo delas se serve para forjar as ferramentas analíticas que permitem reproduzir o “concreto no pensamento” (Marx, 1969, p.632). Por que então declarar falso o primeiro caminho? Parece-nos que Marx segmenta artificialmente a história da formação da teoria econômica, apresentando como dois caminhos (um que termina, outro que começa nas “determinações abstratas”) os três momentos de um mesmo processo.

¹ Claro que, tais como são definidos nos dicionários, esses substantivos apresentam um conteúdo semântico básico, mas muito fracamente determinado (*classe*) ou largamente polissêmico (*capital* é um dos muitos derivados do adjetivo latino *capitalis*, derivado por sua vez de *caput*).

Explicar a dificuldade de um texto invocando o argumento de que se trata de um rascunho pode ser uma manifestação de preguiça intelectual. É óbvia, porém, a diferença entre escrever anotações e preparar um texto destinado à publicação. É verdade que a *Introdução de 1857* não é exatamente nem um nem outro. Marx inicialmente pretendia publicá-la, mas abandonou a ideia e deixou o texto incompleto. Consideramos portanto que não estamos diante nem de um mero rascunho, nem de um texto destinado à publicação. É, pois, com a devida cautela que adiantamos nossa hipótese para explicar o paradoxo dos dois caminhos. Contrariamente ao que sugere o argumento inicial do “Método da economia política”, se há erro em partir do primeiro caminho (que na verdade constitui o primeiro momento de um só processo), não foram os primeiros economistas que o cometeram. Provavelmente Marx entendia que o erro consistia em partir da representação obscura de um todo vivo *no século XIX*, quando os elementos simples, identificados pela análise, já tinham permitido que os sistemas econômicos se elevassem até “o Estado, o intercâmbio entre as nações e o mercado mundial”. A grande tarefa teórica que devia ser levada adiante, na segunda metade do século XIX, era a crítica da economia política tal como tinha sido elaborada por Adam Smith no último terço do século XVIII e por David Ricardo e outros nas primeiras décadas do XIX.

O horizonte ideológico da escravidão

Parece-nos instrutiva a comparação entre o caminho inevitável seguido pelos economistas do século XVII e as conhecidas observações da seção 3 do primeiro capítulo de *O capital* sobre o descobrimento aristotélico de que a forma moeda das mercadorias resulta do desenvolvimento da forma simples do valor ($xMa = yMb$). Marx lá celebra “o brilho do gênio de Aristóteles” por descobrir na expressão do valor das mercadorias uma relação de igualdade. O argumento considerado genial está no livro V da *Ética a Nicômaco*. Só se troca o que é qualitativamente diferente. É útil para um arquiteto trocar o produto de seu trabalho pelo do sapateiro, mas não pelo de outro arquiteto. Interessa trocar A por não-A. Mas a troca supõe uma igualdade subjacente à diferença que a torna útil. As equivalências “cinco leitões = 1 casa” e “cinco leitões (ou 1 casa) = dez minas”² supõem que haja um suporte comum que confira comensurabilidade a seus termos, que são qualitativamente distintos (Aristóteles, 1960, 1133b23-26).³ Mas não há, segundo ele, nenhuma substância que possa servir de suporte comum para a equivalência do valor das mercadorias. É por convenção (*ex hypotheseos*) que a moeda exerce a função de medir todas as coisas (Aristóteles, 1960, 1133b21). Um argumento etimológico,

2 A mina (*mnā*) era uma moeda que valia cem dracmas. Provavelmente por citar de memória esse texto, Marx não se refere às dez minas; escreve “so much money” (Marx, 1887, p.39); em alemão “soundso viel Geld”.

3 As citações de Aristóteles obedecem à referência acadêmica internacional: a edição E. Bekker de 1831, da Academia Regia Borusica. Utilizamos a reedição de Olof Gigon, Berolini, apud W. de Gruyter et socios, 1960.

frequente na retórica dos helenos, corrobora essa conclusão: “moeda (*nómisma*) vem de lei (*nómos*)” (Aristóteles, 1960, 1133a30-31). Marx explica em seguida que Aristóteles não podia se dar conta de que “sob a forma dos valores mercantis todos os trabalhos se expressam como trabalho humano igual e, portanto, como equivalentes”, porque

a sociedade grega se fundava no trabalho escravo e por conseguinte sua base natural era a desigualdade dos homens e de suas forças de trabalho. O segredo da expressão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos [...] só pode ser decifrado quando a ideia da igualdade humana já tenha adquirido a firmeza de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade onde a forma mercadoria tornou-se a forma geral dos produtos do trabalho, em que, por conseguinte, a relação dos homens uns com os outros enquanto possuidores de mercadorias se tenha convertido, por conseguinte, na relação social dominante. (Marx, 1887, p.39-40)⁴

O condicionamento ideológico é um fenômeno histórico universal. O da análise aristotélica se expressa aqui de modo negativo, na incapacidade de decifrar o segredo da expressão do valor. Ela não provém, porém, de uma representação caótica, mas da impossibilidade de representar aquilo que não se manifesta no horizonte mental de uma sociedade na qual o trabalho escravo constituía a relação de produção predominante. Mas o que nos importa salientar na celebração, por parte de Marx, da genialidade dos descobrimentos teóricos de Aristóteles é o reconhecimento de que as barreiras ideológicas não são opacas nem impenetráveis. Embora tenha permanecido congelada por dois milênios, a exigência de uma igualdade para a expressão do valor, assinalada por Aristóteles, constitui uma peça preciosa do tesouro de ideias que ele legou à posteridade.

É, pois, indispensável distinguir, no campo historicamente determinado da ideologia, as ideias que são mero reflexo do pensamento dominante e as que, embora limitadas pelo horizonte de uma época determinada, abrem brechas para o conhecimento. A escravidão impedia Aristóteles de reconhecer que a quantidade de trabalho contida em cada produto constitui a base substancial do valor. Mas, por outro lado, seria uma simplificação supor que o reconhecimento da igualdade tenha exercido efeitos automáticos sobre a teoria econômica. As relações entre ideologia e ciência, reconhecidamente muito complexas, não correspondem a esquemas lineares de antecedente a consequente. Nas sociedades europeias do século XVII, o trabalho escravo era residual, mas não em suas colônias, onde constituía o modo amplamente dominante da produção de riquezas. Ademais, os

4 Remetemos à tradução inglesa de Samuel Moore e Edward Aveling, revista por Friedrich Engels, Londres: Lawrence and Wishart, 1887. Ela foi várias vezes reimpressa na URSS, a partir de 1954, pela Progress Publishers de Moscou.

imensos ganhos propiciados pelo tráfico de africanos para as plantações coloniais do Novo Mundo aceleraram a acumulação do capital mercantil nas metrópoles. A escravidão continuou, assim, presente no horizonte ideológico europeu até o fim de século XVIII, quando o princípio da igualdade humana foi reconhecido pelos pensadores da Ilustração e pelas forças políticas mais avançadas.

O primeiro e rudimentar esboço da teoria do valor-trabalho, que abriu uma brecha na muralha da ideologia escravista, remonta a William Petty (1623-1687),⁵ contemporâneo da colossal acumulação de riqueza monetária propiciada pelo tráfico de escravos, amplamente dominado pela Inglaterra desde o século XVII. Em sua história da análise econômica, Joseph Schumpeter apresenta o aporte de Petty no tópico inicial (“Political arithmetick”) do capítulo 4, “The econometricians and Turgot”. Sua avaliação é elogiosa, mas contém comentários irônicos, por exemplo, a propósito da frase “repetida ad nauseam”: “o trabalho é o pai e a terra a mãe da riqueza”. Isso significa “que ele [Petty] pôs em pé os dois ‘fatores originários da produção’, como dirão os teóricos posteriores” (Schumpeter, 1954, p.213-214). Qualifica-o em seguida de “ilógico”, porque “abandona a mãe”, ao declarar que o capital “é o produto de trabalho passado” (Schumpeter, 1954, p.214). Diferentemente do foco teórico de Schumpeter, que é a construção histórica dos conceitos econômicos, importa-nos menos a “aritmética política” de Petty e sua dificuldade para explicar a renda da terra em relação à taxa de juros do que os desdobramentos ideológicos da teoria do valor-trabalho.

Um século depois, os capitalistas ingleses continuavam extraindo lucros opulentos do tráfico de escravos. Mas a mudança ideológica correspondente às revoluções burguesas do século XVII havia favorecido o progresso da ideia de igualdade (embora não tanto quanto a de liberdade). Com a publicação de *The Wealth of Nations* (1776), de Adam Smith, o princípio de que todos os trabalhos se expressam como trabalho humano igual adquiriu seu estatuto teórico na economia política burguesa. A adoção desse princípio por Adam Smith correspondeu não somente a uma motivação teórica (determinar o fundamento da relação de igualdade na expressão do valor das mercadorias), mas também, para esse representante do “Scottish Enlightenment”, a uma opção filosófica e moral.

Essas ideias foram levadas a radicais consequências quando a insurreição dos *sans-culotte*, em 2 de junho de 1793, rompeu os limites monárquico-liberais da Revolução Francesa de 1789, permitindo à chamada Montanha (que agrupava os deputados jacobinos) tomar o controle da Convenção Nacional. Em 24 de junho, ela promulgou uma nova Constituição, precedida por uma também nova declaração dos direitos naturais e imprescritíveis do homem e do cidadão. Marcando uma inflexão democrática em relação à Declaração de 1789 e à Constituição de 1791

5 As principais obras de Petty são: *Treatise of Taxes and Contributions* (1662), *Verbum Sapienti* (1665), *Political Arithmetick* (1676) e *Quantulumcunque Concerning Money* (1682). As datas indicam quando cada obra foi escrita.

que, mantendo-se no âmbito das instituições liberais inglesas caras a Montesquieu, haviam colocado a liberdade na cúpula dos valores ético-jurídicos, o texto constitucional de 1793 atribuiu à igualdade essa posição eminente.

Entrementes, ao influxo da dinâmica revolucionária na metrópole, os escravos das colônias francesas do Caribe se rebelaram. Os comissários enviados de Paris em 1792 apoiaram a causa dos negros, mas os colonos donos das plantações resistiram; em 1793, após a execução de Luís XVI, eles puderam contar com o apoio da Inglaterra e da Espanha, em guerra contra a República Francesa. Em 21 de junho de 1793, os comissários republicanos Polverel e Sonthonax ofereceram a liberdade a todos os negros que lutassem contra a coligação dos reis e dos plantadores escravistas. Os escravos se lançaram com paixão no combate libertador. Fiel ao compromisso de seus comissários, a Convenção Nacional decretou em 16 pluviôse, an II (4 de fevereiro de 1794), a abolição da escravidão em todas as colônias francesas. Uma data memorável na luta pela construção histórica da ideia de humanidade. Mas logo em seguida, com a queda de Robespierre e o descenso da Revolução, o decreto emancipador foi ab-rogado e a escravidão restabelecida, salvo no Haiti, onde Toussaint Louverture e depois Jean-Jacques Dessalines comandaram a resistência dos haitianos, que se tornaram o primeiro povo de escravos a conquistar a independência, proclamada em 1º de janeiro de 1804. No resto do mundo colonial, uma longa e cruel luta entre abolicionistas e donos de escravos prosseguiria até o final do século XIX: no Brasil, a escravidão só foi abolida em 1888.

Marx foi, desse modo, algo otimista ao supor que, quando se decifrou a expressão do valor, o conceito da igualdade humana já havia adquirido “a firmeza de um preconceito popular”. Ainda hoje o veneno do racismo, cujo pressuposto filosófico é a tese da desigualdade entre os humanos, contamina parcela importante (e em alguns países, crescente) da população. Racismo e colonialismo não se confundem, mas são integrantes complementares da síndrome reacionária de nossa época. O consenso majoritário que considera a escravidão abominável é historicamente muito recente. A Inglaterra, paradigma das instituições liberais, só proibiu o tráfico negreiro no primeiro quarto do século XIX e a França só voltou a abolir a escravidão em suas colônias em meados do mesmo século. Mas se o tráfico negreiro foi erradicado, a escravidão, eufemisticamente rotulada de trabalho forçado, persistiu nas colônias europeias até a vitória das lutas de libertação nacional na segunda metade do século passado.

É digno de nota um comentário de Jules Barthélemy-Saint-Hilaire – que, além de helenista erudito, desempenhou, entre outras altas funções políticas, a de ministro das Relações Exteriores da III República Francesa –, no qual ele deixa patente a proximidade ideológica do racismo, do colonialismo e do escravismo. Em sua tradução da *Política* de Aristóteles, referindo-se à laboriosa busca de um critério para distinguir entre os escravos *por natureza* e os escravos *por lei* (Aristóteles, 1960, 1254a16-1255b30), ele observa que:

A natureza [...] serviu muito melhor aos senhores modernos do que aos antigos. A cor da pele é um sinal em relação ao qual ninguém pode enganar-se e que oferece na melhor parte do Novo Mundo o critério infalível [cuja falta] Aristóteles parece lamentar [...]. (Barthélemy-Saint-Hilaire, 1874, p.17, nota 4)

Não será demais acrescentar que, na condição de ministro das Relações Exteriores, Saint-Hilaire organizou a conquista de Túnis, etapa importante da formação do império colonial francês. O critério racista da cor da pele, cuja funcionalidade para determinar quem era suscetível de ser escravizado ele havia salientado em sua tradução de Aristóteles, ampliou-se para identificar os povos que poderiam ser colonizados: além dos negros, os árabes e os asiáticos. (A conquista da Indochina e o saqueio da China incluem-se na “missão civilizatória” de Saint-Hilaire e consortes).

No que concerne ao condicionamento ideológico da teoria do valor-trabalho, o efeito das relações econômicas objetivas pesou mais do que o reconhecimento moral da igualdade humana. Em sociedades em que a riqueza produzida pelo trabalho assume a forma de mercadoria, onde, por conseguinte, os homens se relacionam entre eles predominantemente como possuidores de mercadorias e, sobretudo, nas quais o capital se apropriou dos meios de produção e a força de trabalho também se tornou mercadoria, o princípio da igual validade de todos os trabalhos se impõe ao cálculo econômico dos capitalistas.

A não solução de Althusser

É notória a importância do conceito de “prática teórica” apresentado nos textos de *Para Marx* e de *Ler O capital*, os dois livros que reúnem os estudos de Louis Althusser (o segundo com contribuições do grupo reunido por ele no seminário sobre *O capital* na École Normale Supérieure de Paris) publicados em 1965.⁶ É preciso sublinhar que essas obras introduziram um novo modo de analisar e compreender o legado de Marx. Sem dúvida, não se pode esquecer as revisões autocríticas posteriormente efetuadas, principalmente por Althusser e Étienne Balibar, a respeito de algumas das principais teses sustentadas em 1965. Mesmo sem entrar na discussão a respeito do alcance dessas autocríticas, consideramos que elas não diminuem a importância de estudar uma tese original e inovadora em si e por si mesma, em sua consistência própria.

O conceito de “prática teórica”, ao qual Althusser consagrou o terceiro tópico de “Sobre a dialética materialista”, inspira-se explicitamente na análise do texto de Marx que estamos aqui estudando. A passagem citada em epígrafe (Althusser, 1965a, p.186) expõe sinteticamente o modo pelo qual o pensamento produz o conhecimento:

6 Vale lembrar que *Para Marx* junta artigos publicados por Althusser anos antes, notadamente “Contradição e sobre determinação” (1962) e “Sobre a dialética materialista” (1963).

a totalidade concreta, como totalidade pensada, como um concreto pensado, é “in fact” um produto do pensamento, do conceito, mas de maneira alguma produto de um conceito pensando e se gerando ele próprio [“denkenden und sich selbst gebärenden Begriffs”], alheio à intuição e à representação ou que se lhes sobreponha, mas sim como produto da elaboração conceitual da intuição e da representação [“der Verarbeitung von Anschauung und Vorstellung in Begriffe”]. (Marx, 1969, p.632)

Althusser inspira-se nesse texto para identificar as abstrações que integram o trabalho teórico, distinguindo as que servem de matéria-prima, as que funcionam como instrumentos de trabalho e as que veiculam o conhecimento produzido. Ele designa os conceitos da prática teórica por “generalidades”, indicando por números romanos os três momentos funcionalmente articulados que a constituem. A respeito da *Generalidade I*, que corresponde à matéria-prima do trabalho teórico, ele esclarece que o “emprego de conceitos gerais (exemplos: os conceitos “produção”, “trabalho”, “troca”) [...] é indispensável à prática teórica científica”, com a ressalva de que “esta primeira generalidade não coincide com o produto do trabalho científico: ela não é seu resultado, mas seu pré-requisito”. Mais adiante, ele frisa que “a ciência trabalha sempre sobre conceitos existentes”, os quais ele caracteriza por “Vorstellungen” (preferindo servir-se do termo alemão em vez de um termo francês), que constituem a “Generalidade I, prévia, de natureza ideológica” (Althusser, 1965a, p.187).

Discrepâncias terminológicas costumam encobrir diferenças de fundo. Marx fala da “elaboração conceitual da intuição e da representação” e não de conceitos já existentes. Althusser omite a intuição e traduz “Vorstellung” por “conceito”, embora a tradução geralmente aceita do termo seja “representação”; “conceito” corresponde ao alemão “Begriff”. A mudança de vocabulário reflete uma ênfase unilateral no conceito. Sem dúvida, a elaboração conceitual pode incidir sobre teorias, portanto sobre conceitos anteriores, mas ao se referir *somente* a intuições e representações do “todo vivo”, Marx entendia que ela operava sobre o acervo de ideias acumulado pela prática social de muitas gerações. Assim, ao elaborarem suas doutrinas, os economistas do século XVII conferiram às noções corporificadas na linguagem corrente um estatuto teórico que não deixava de ser ideológico, mas correspondia a um conhecimento econômico em construção, que dissolveu as noções “caóticas” das quais eles tinham partido.

Althusser refere-se em seguida rapidamente à Generalidade III, “que é o conhecimento” (Althusser, 1965a, p.187), para concentrar-se na Generalidade II, formada “pelo corpo de conceitos cuja unidade mais ou menos contraditória constitui a ‘teoria’ da ciência no momento (histórico) considerado” (Althusser, 1965a, p.188). É a ciência (Generalidade II) que “trabalha e produz”, operando a transformação da Generalidade I em Generalidade III, portanto da matéria-prima do conhecimento em produto final (Althusser, 1965a, p.187). Não lhe escapa, entretanto, que ele recorreu a uma prosopopeia: a teoria científica é um universal

abstrato que não trabalha nem produz. Por isso pergunta: “Quem trabalha? Que entender pela expressão: a ciência trabalha?”. Mas, em vez de responder, faz nova pergunta: “Qual é, na prática teórica da ciência, o momento, nível, instância, correspondente aos meios de produção?”. Tampouco responde, propondo, em vez disso, “fazer provisoriamente abstração dos homens” (Althusser, 1965a, p.188). Seus leitores habituais bem sabem que quando diz “provisório”, entende “*sine die*”.

Além de deixar de lado os trabalhadores (ou os cientistas), cujo trabalho, como o dos alfaiates, desaparece no produto pronto, Althusser restringe aos *instrumentos* do trabalho o conceito de meios de produção de conhecimento que formam a Generalidade II, alojando na Generalidade I a matéria-prima. Ele assim estabelece uma clara assimetria entre a estrutura da produção científica e a estrutura da produção material, tal como a entende Marx, o qual distingue, mas *sem separá-los*, instrumentos e matéria-prima que em conjunto compõem os meios de produção.

Convém examinar mais de perto essa assimetria. Notemos desde logo que, longe de reconhecê-la, Althusser volta a forçar a própria letra do “Método da economia política” para atribuir a Marx a tese de que “a matéria-prima de uma ciência existe sempre sob a forma de uma generalidade dada (Generalidade I)” (Althusser, 1965a, p.194). A expressão “matéria-prima” aparece uma só vez na *Introdução de 1857*, mas não em “O método da economia política”, e sim no tópico anterior (o segundo: “A relação geral da produção com a distribuição, a troca e o consumo”). O leitor que não se der ao trabalho de consultar o texto original de Marx terá dificuldade ainda maior para entender o argumento dos dois caminhos, mesmo porque, ao citar em nota o texto anteriormente comentado (Marx, 1969, p.631-632), ele corta largos trechos, substituídos por reticências e por uma interpolação entre parêntesis:

parece certo começar pelo real e pelo concreto [...] A uma consideração mais precisa, contudo, isto se revela falso (“une erreur”) [...] o último caminho (o dos sistemas econômicos que vão das noções gerais às noções concretas) é manifestamente o método cientificamente correto. (Althusser, 1965a, p.189, nota 24)

Sem a interpolação, a citação seria incompreensível. Mas ela modifica substancialmente o original. Segundo Marx, são os *elementos simples, aspectos individuais isolados pela análise*, que constituem o ponto de partida do bom método. Segundo Althusser, são as *noções gerais*. A razão da modificação introduzida pela interpolação althusseriana terá ficado clara: ele postula uma articulação funcional entre as três generalidades. Já assinalamos que a estrutura da produção material, tal como a entende Marx, não corresponde à estrutura da prática teórica, da forma que a apresenta Althusser. Se este secciona o conceito de meios de produção, para alojar em duas generalidades diferentes (I e II) a matéria-prima (na I) e os instrumentos de produção (na II), é porque seu esquema o exige: a Generalidade II trabalha na I para produzir a III. Mas as ferramentas de produção teórica que compõem a Ge-

neralidade II não surgiram por geração espontânea. Elas foram criadas a partir da Generalidade I, isto é, das intuições e representações caóticas do real e do concreto. A criação consistiu exatamente em dissipar o caos pela análise, forjando os conceitos da Generalidade II. Foram principalmente os economistas do século XVII e, bem antes deles, Aristóteles (como bem assinalou Marx), que assumiram essa tarefa.

Empenhado em fundamentar a noção de “prática científica” na crítica do que chama a ideologia empirista da abstração, mas tendo de levar em conta que Marx refuta sobretudo a concepção hegeliana da relação do pensamento com a realidade, Althusser assimila Hegel e Feuerbach ao empirismo argumentando que ambos partilham do mesmo “desconhecimento (méconnaissance) do primado da Generalidade II (que trabalha), isto é, da ‘teoria’, sobre a Generalidade I (trabalhada)” (Althusser, 1965a, p.195). A rigor, essa assimilação funciona relativamente a Feuerbach, que só considera a sensação enquanto *objeto*, passivamente, enquanto intuição sem prática. É o que ele procura ilustrar com um argumento singelo:

por exemplo, o conceito de “fruta” não é o produto de uma “operação de abstração” efetuada por um “sujeito” (a consciência ou mesmo aquele sujeito místico: a prática), mas o resultado de um processo complexo de elaboração, onde entram em jogo múltiplas práticas concretas distintas de níveis diferentes, empíricos, técnicos e ideológicos. (O conceito de fruta [...] é o produto de práticas distintas, alimentares, agrícolas, e mesmo mágicas, religiosas e ideológicas [...]) (Althusser, 1965a, p.194-195)

A constatação de que o conceito de fruta resulta de um “processo complexo de elaboração” é uma obviedade: ela apenas reconhece o caráter *histórico-social* da linguagem. Também é óbvio que esse processo operou sobre frutas concretas e variou conforme os climas e a flora de cada região. Não foi a prática teórica, como Althusser a entendia, e sim a prática social de inúmeras gerações que produziu o conceito. O exemplo escolhido por ele não nos parece, porém, o mais frutífero. É útil para refutar o empirismo ingênuo, mas não para compreender o texto de Marx. Maçãs, peras etc. são corpos singulares, que podem ser tocados e ingeridos, ao passo que população, classes etc. designam *totalidades vivas*, que embora sejam caóticas, constituem a *pressuposição efetivamente real* da economia política (Marx, 1969, p.632).

Ao sustentar que essas totalidades *não* constituem o ponto de partida do método correto e que o concreto de pensamento “não é um produto do conceito que pensa e se engendra a si mesmo, de fora e por cima da intuição [*‘Anschauung’*] e da representação [*‘Vorstellung’*]”, Marx obviamente não estava visando o empirismo, e sim Hegel. Este “se extraviou na ilusão de conceber o real como resultado de um pensamento que em si mesmo se concentra, em si se aprofunda e por si se move”, porque considerava que a síntese das determinações abstratas (a Generalidade II de Althusser) pelo caminho do pensamento *produz* o concreto, quando na reali-

dade, ela somente o *reproduz*: “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento, apenas a maneira de *apropriar-se do concreto*, de reproduzi-lo como um concreto pensado. Mas isso não é de modo algum o processo de formação do próprio concreto” (Marx, 1969, p.632. Grifo nosso).

Mais adiante, ele volta a sustentar que

o todo, tal como aparece na cabeça, enquanto um todo de pensamento, é o produto de uma cabeça pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível e que difere dos modos de apropriação do mundo que são o artístico, o religioso ou o do espírito prático (*praktisch-geistigen Aneignung*). (Marx, 1969, p.633)

Comentando essa passagem em *Ler O capital*, Althusser assinala o “mistério” do conceito de apropriação (*Aneignung*), que designa “a essência de uma relação fundamental, da qual o conhecimento, a arte, a religião e a atividade prático-espiritual [...] aparecem como os vários modos [*Weise*] distintos e específicos” (Althusser, 1965b, p.68). Embora não vejamos propriamente um “mistério” nesse conceito, é sem dúvida difícil definir o gênero unificador das diversas modalidades de apropriação do mundo referidas no texto de Marx. Sobretudo considerando que ele não se ocupa neste contexto da apropriação *material* da natureza pelo trabalho. A metáfora “cabeça” deve, pois, ser aí entendida *stricto sensu*:

Enquanto a cabeça procede *de modo somente especulativo*, isto é, teoricamente, o sujeito real [“das reale Subjekt”] subsiste fora dela, em sua independência, tanto antes como depois. Assim, no método teórico também é preciso que o sujeito, a sociedade (“das Subjekt, die Gesellschaft”) estejam sempre presentes enquanto pressuposições. (Marx, 1969, p.633. Grifos nossos)

Após ter distinguido o modo de apropriação do mundo pela cabeça das demais modalidades, digamos, culturais dessa apropriação, Marx salienta que, antes e depois da especulação, seus pressupostos objetivos (“o sujeito, a sociedade”) permanecem inalterados: o puro pensamento não muda o mundo. O modo fundamental de mudá-lo é pelo trabalho, que comporta um componente cerebral essencial, como ele explica em uma passagem célebre de *O capital*:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele modelou o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. (Marx, 1887, p.174)

A modelagem mental do favo, que consiste na representação do esquema dinâmico da produção de colmeias humanas, apoia-se em conhecimentos técnicos acumulados desde os tempos primordiais em que o homem inventou seu modo

específico de trabalhar. Sua conexão, historicamente determinada, com a “prática teórica” é evidente. A geometria euclidiana universalizou as regras (arquitetônicas, agrícolas etc.) da medição de áreas; os rudimentos do cálculo aritmético e algébrico, bem como da física dos sólidos, têm origem semelhante.

O reconhecimento de que “a ‘teoria’ da ciência” é constituída por um “corpo de conceitos” num “*momento (histórico)*” (Althusser, 1965a, p.188. “Teoria” vem entre aspas no original; o grifo é nosso), implica que a descoberta e a formulação científica são (a) afetadas pelos obstáculos provenientes dos dogmas impostos pelas ideias dominantes e pelos preconceitos do senso comum; (b) limitadas pelo horizonte ideológico de cada época e sociedade; (c) condicionadas pelos conhecimentos e meios técnicos de investigação disponíveis em cada situação histórico-cultural. A implicação (a) remete à milenar luta ideológica entre materialismo e idealismo; quanto a (b) reproduzimos anteriormente o comentário de Marx sobre o limite ideológico que a sociedade escravista helena impôs à descoberta genial de Aristóteles de que a troca de mercadorias pressupunha uma relação de igualdade subjacente (Marx, 1887, p.39-40).

Mas é sobretudo a implicação (c) que oferece uma perspectiva crítica sobre o conceito althusseriano de “prática teórica”. Em vez de classificar de “ideológicos” todos os conhecimentos não científicos (aplicando o esquema binário ideologia/ciência), ela descortina uma trilha mais frutífera: a conexão da técnica com a ciência. Trata-se de um estudo vasto, complexo e difícil, cujo fio condutor é o componente cognitivo do trabalho e cujo objetivo é discernir, no imenso campo das ideias que integram o acervo da experiência coletiva da humanidade, aquelas que se inscrevem no caminho do conhecimento científico. Evidentemente, quando o trabalho (não apenas o dos escravos, mas também o da massa dos assalariados) é reduzido a um dispêndio meramente repetitivo e extenuante de energia, seu componente cognitivo tende a zero; a intervenção da inteligência na produção é transferida da massa dos trabalhadores aos agentes da classe exploradora.

Ao fazer “provisoriamente abstração dos homens” para analisar a “prática teórica da ciência”, Althusser (1965a, p.188) não levou em conta que, apropriando-se do conhecimento técnico, a classe exploradora reserva para seus membros a possibilidade de modelar favos na cabeça e, portanto, efetuar descobertas científicas. A separação entre trabalho produtivo e trabalho teórico é sem dúvida a mais evidente razão da assimetria entre sua concepção da estrutura da produção científica e a estrutura da produção material segundo Marx.

Resta concluir sobre o paradoxo dos dois caminhos. Não teria cabimento criticar Althusser por não se ter interessado pelas dificuldades hermenêuticas do texto de Marx. Mas cabe assinalar que o foco *principal* de sua crítica é a concepção empirista da abstração, ao passo que o de Marx é o princípio hegeliano do autodesenvolvimento do conceito. Por isso, reiteramos que contrariamente ao que podem sugerir os primeiros parágrafos do “Método da economia política”, o “falso caminho” não é o que foi historicamente trilhado pelos economistas do

século XVII, mas o que identifica o todo concreto pressuposto pela análise com o todo real reproduzido como um concreto pensado.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris: Maspero, 1965a.
ALTHUSSER, L. et al. *Lire le Capital*. Paris: Maspero, 1965b, v.1.
ARISTOTELES. *Aristotelis Opera*. Berlim: W. de Gruyter, 1960 [1833].
BARTHELEMY-SAINT-HILAIRE, J. *La Politique d'Aristote*. Paris: Ladrangue (3^a édition, revue et corrigée), 1874.
MARX, Karl. *Capital*. A Critique of Political Economy. Book One: The Process of Production of Capital. Londres: Lawrence and Wishart, 1887.
MARX, Karl. Einleitung zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: *Karl Marx-Friedrich Engels Werke* (MEW), Berlim: Dietz Verlag, 1969, v.13.
SCHUMPETER, Joseph. *History of Economic Analysis*. Londres: George Allen and Unwin, 1954.

Resumo

É paradoxal o argumento que abre o “Método da economia política” (1857): “parece certo começar pelo real e pelo concreto, pela pressuposição efetivamente real e, assim, em economia, por exemplo, pela população, fundamento e sujeito do ato todo da produção social. A uma consideração mais precisa, contudo, isto se revela falso”. Deveríamos então começar pelo ideal e o abstrato? A análise desse paradoxo nos remete aos nexos complexos entre a linguagem, a ideologia e a ciência, historicamente determinados na teoria marxista. A noção de *horizonte ideológico* nos oferece um instrumento-chave de análise para esclarecer ao menos os grandes contornos do problema. Discutimos em seguida se a distinção de Althusser de três tipos de conceitos, conforme a função que desempenham na “prática teórica (matéria-prima, instrumentos e produto científico)” contribui para elucidar a questão.

Palavras-chave: ideologia, ciência, método.

Abstract

The opening of Marx’s “Method of the political economy” (1857) offers a paradoxical argument: “It seems to be correct to begin with the real and the concrete, with the real precondition, thus to begin, in economics, with e.g. the population [...]. However, on closer examination this proves false”. Should we then start with the ideal and abstract? The analysis of this paradox brings us back to the complex relationship between language, ideology and science, which are historically determined in Marxist theory. The notion of *ideological horizon* offers a key analytical tool to clarify at least the main aspects of the problem. We then discuss to what extent Althusser’s distinction between three kinds of concepts, according to their function in the “theoretical practice” (raw material, instruments and scientific product), contributes to elucidate the question.

Keywords: ideology, science, method.